



Approach to public health policies towards prevention of infectious diseases

Thamyres Maria Silva Barbosa¹; Ana Lais Namie Lopata²; Beatriz Ávila Romero Batista²; Igor Alves de Paiva Nascimento³; Thalyta Moreira de Oliveira³; Letícia Coêlho Gomes³; Renata de Paiva Nascimento⁴; Yara Farias Miranda⁵; Alexandre Maslinkiewicz⁶; Domingas Claudia Alves de Paiva⁷

ISSN: 2178-7514

Vol. 16 | Nº. 1 | Ano 2024

RESUMO

Analisar a eficácia e os desafios das políticas públicas de saúde no Brasil no enfrentamento de doenças infecciosas, buscando compreender como essas políticas tem evoluído ao longo do tempo e identificar estratégias para fortalecer a prevenção, controle e resposta a essas enfermidades. Utilizando uma revisão narrativa de literatura, foram investigadas as estratégias adotadas pelas políticas de saúde pública para enfrentar esse desafio. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar, PubMed e BVS (biblioteca virtual de saúde), com foco em estudos que abordassem a temática da prevenção de doenças infecciosas no contexto das políticas públicas de saúde. Os resultados revelaram a importância de medidas como vacinação em massa, contexto histórico das políticas públicas de saúde, promoção da higiene e saneamento básico, vigilância epidemiológica e incorporação de tecnologias inovadoras na prevenção e controle de doenças infecciosas. Conclui-se que a abordagem das políticas públicas de saúde tem sido fundamental na redução da incidência de doenças infecciosas e na promoção da saúde pública, destacando a importância do compromisso contínuo com a prevenção e resposta a essas enfermidades.

Palavras-chave: Public policies, infections, Diseases.

ABSTRACT

Analyze the effectiveness and challenges of public health policies in Brazil in confronting infectious diseases, seeking to understand how these policies have evolved over time and identify strategies to strengthen prevention, control and response to these diseases. Using a narrative review of literature, the strategies adopted by public health policies to face this challenge were investigated. The bibliographic search was carried out in databases such as SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar, PubMed and VHL (virtual health library), focusing on studies that addressed the issue of preventing infectious diseases in the context of public health policies. health. The results revealed the importance of measures such as mass vaccination, the historical context of public health policies, the promotion of hygiene and basic sanitation, epidemiological surveillance and the incorporation of innovative technologies in the prevention and control of infectious diseases. It is concluded that the public health policy approach has been fundamental in reducing the incidence of infectious diseases and promoting public health, highlighting the importance of continuous commitment to the prevention and response to these diseases.

Keywords: Políticas públicas, infecções, Doenças.

- 1 Universidade Paulista
- 2 Unicesumar - Maringá/PR
- 3 Universidade Federal de Roraima - UFRR
- 4 Faculdade Cathedral
- 5 Universidade da Amazônia - UNAMA
- 6 Universidade Federal do Piauí (UFPI)
- 7 IYnova Pós

Autor de correspondência

Thamyres Maria Silva Barbosa - Thamyresmaria726@gmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de saúde desempenham um papel fundamental na prevenção e controle de doenças infecciosas, representando um desafio constante em meio às dinâmicas epidemiológicas e sociais. O enfrentamento dessas enfermidades requer não apenas uma resposta reativa, mas também uma abordagem proativa e abrangente, que englobe desde a promoção da saúde até a gestão eficaz de recursos.¹⁰

Essas políticas de saúde tiveram sua origem no Brasil desde o período colonial, especificamente com a chegada da família Real em 1808, que trouxe consigo a necessidade de estabelecer medidas mínimas de controle sanitário no Rio de Janeiro. Essas medidas visavam combater diversas doenças endêmicas que assolavam a região na época.³

A partir desse marco histórico, foram sendo estabelecidas diversas iniciativas e políticas de saúde ao longo dos anos, buscando não apenas controlar epidemias, mas também promover o bem-estar e a saúde da população de forma mais ampla. Ao longo do tempo, o sistema de saúde no Brasil passou por transformações significativas, desde a criação das primeiras instituições de saúde pública até a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, que representou um marco na garantia do acesso universal e igualitário aos serviços de saúde.³

Essa evolução histórica das políticas públicas de saúde no Brasil reflete não apenas os avanços na compreensão e no tratamento das doenças, mas também as mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais o país passou. No entanto, apesar dos progressos alcançados, ainda persistem desafios significativos, como a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, a falta de investimentos adequados e a necessidade de enfrentar novos desafios, como as doenças crônicas não transmissíveis e as emergências de saúde pública, como a pandemia de COVID-19.¹

Nesse sentido, é crucial destacar que as políticas públicas de saúde devem ser concebidas e implementadas de forma integrada e multidisciplinar, envolvendo não apenas o setor da saúde, mas também a educação, o meio ambiente, a infraestrutura e outros campos relevantes. As abordagens preventivas e curativas assumem um papel central, priorizando ações que visam evitar a propagação de doenças infecciosas por meio da promoção da higiene, da vacinação, do acesso equitativo aos serviços de saúde e da conscientização da população, como também dos determinantes e condicionantes de saúde estabelecidos pela lei orgânica da saúde 8080/1990.¹

Nesse contexto, este estudo se propõe a analisar a eficácia e os desafios enfrentados pelas políticas públicas de saúde no que tange à prevenção de doenças infecciosas, considerando tanto as estratégias tradicionais quanto as inovações necessárias para enfrentar novos

desafios emergentes. Ao compreendermos as complexidades envolvidas na formulação e implementação dessas políticas, podemos contribuir para o aprimoramento contínuo dos sistemas de saúde, visando garantir o bem-estar e a segurança da população diante das ameaças representadas por doenças infecciosas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a eficácia e os desafios das políticas públicas de saúde no Brasil no enfrentamento de doenças infecciosas, buscando compreender como essas políticas têm evoluído ao longo do tempo e identificar estratégias para fortalecer a prevenção, controle e resposta a essas enfermidades.

Objetivo Específico

- Investigar a evolução histórica das políticas públicas de saúde no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, com foco no enfrentamento de doenças infecciosas.
- Analisar os principais marcos legais e institucionais relacionados à saúde pública, destacando suas contribuições para o controle e prevenção de doenças infecciosas.
- Identificar os principais desafios enfrentados pelas políticas públicas de saúde no Brasil no que diz respeito à prevenção e controle de doenças infecciosas, incluindo questões de acesso aos serviços de saúde, desigualdades sociais e regionais, e resistência antimicrobiana.

- Propor recomendações e estratégias para fortalecer as políticas públicas de saúde no enfrentamento de doenças infecciosas, visando garantir uma resposta eficaz e integrada, com base em evidências científicas e considerando as necessidades específicas da população brasileira.

METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura abordando como tema central a abordagem das políticas públicas de saúde frente à prevenção de doenças infecciosas, o qual será desenvolvido a partir de dados científicos e metodológicos.

Para o desenvolvimento desse estudo, primeiramente foi definido o tema proposto, em seguida foi realizado uma busca nas bases de dados como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar, PubMed e BVS (biblioteca virtual de saúde). Utilizando os seguintes descritores: “Políticas públicas”, “infecções”, e “Doenças”.

Foram incluídos como critérios de inclusão: estudos completos, disponíveis integralmente, que se enquadrassem no tema selecionado e que foram publicados no período de 2018 a 2023. Como critérios de exclusão, foram excluídos artigos incompletos, fora do período selecionado e que não abordassem a temática.

Após a obtenção dos resultados da busca, iniciaremos a seleção dos estudos, realizando uma

triagem inicial com base nos títulos e resumos encontrados. Os trabalhos selecionados serão então submetidos a uma leitura completa para determinar sua relevância e contribuição para a revisão.

Na etapa de extração e análise de dados, iremos extrair informações relevantes dos estudos selecionados, como objetivos, metodologias, principais resultados e conclusões. Esses dados serão organizados de forma a identificar padrões, tendências e lacunas na literatura relacionada ao tema.

Com base nos dados coletados, faremos uma síntese dos principais achados dos estudos incluídos, destacando as diferentes abordagens das políticas públicas de saúde na prevenção de doenças infecciosas. Identificaremos lacunas de conhecimento e controvérsias na literatura, bem como possíveis áreas para futuras pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas de saúde representam um conjunto de ações e estratégias implementadas pelos governos com o objetivo de promover o bem-estar e a saúde da população. No contexto da prevenção de doenças infecciosas, essas políticas desempenham um papel fundamental na redução da morbimortalidade e na proteção da saúde pública. Para compreendermos a complexidade e a importância dessas políticas, é necessário explorar diversos aspectos teóricos relacionados ao tema.

A implementação das políticas públicas de saúde na atualidade foi precedida por importantes marcos históricos, que foram fundamentais para enfrentar os desafios sanitários da época. Um desses marcos ocorreu com a chegada da família real no Brasil em 1808. Nesse período, o Rio de Janeiro se tornou o centro das atividades sanitárias, visto que era a capital do país. A necessidade de estabelecer um controle mínimo das condições sanitárias na cidade foi crucial para lidar com diversas doenças endêmicas e epidêmicas que assolavam a população.¹¹

No contexto da época, o Rio de Janeiro enfrentava uma série de doenças, tais como febre amarela, varíola, tuberculose, sífilis, lepra, entre outras. A percepção das doenças estava muitas vezes associada a castigos divinos, e a assistência médica era limitada, com poucos médicos disponíveis, os quais atendiam principalmente as famílias ricas.¹¹

Assim, a chegada da família real e a subsequente centralização das atividades sanitárias no Rio de Janeiro representaram um marco na história da saúde pública no Brasil, marcando o início de esforços mais organizados para lidar com os problemas de saúde da população. Essa iniciativa foi essencial para o desenvolvimento posterior das políticas públicas de saúde no país.⁶

Após o período da chegada da família real, o Brasil viveu a República Velha, que se estendeu de 1889 a 1930, um período marcado por diversos marcos históricos na área da saúde pública. Um desses marcos foi a nomeação de Oswaldo Cruz,

cujo objetivo era erradicar a epidemia de febre amarela, que representava uma grande ameaça à população.²

Durante esse período, em 1904, foi realizada a primeira campanha vacinal no país, conhecida como a Revolta da Vacina. Essa campanha visava combater a febre amarela que ainda assolavam a população. No entanto, enfrentou resistência por parte de alguns setores da sociedade, resultando em protestos e conflitos, destacando as complexidades envolvidas na implementação das políticas de saúde pública e na aceitação das medidas preventivas pela população.²

Durante o período da Era Vargas, compreendido entre 1930 e 1964, o Brasil passou por significativas transformações políticas, econômicas e sociais. Inicialmente marcado pela Revolução de 1930 e seguido por diversas crises econômicas, esse período também se caracterizou por uma assistência médica limitada, que era direcionada principalmente aos trabalhadores, deixando grande parte da população desassistida e com acesso restrito à saúde de qualidade.⁶

A qualidade dos serviços de saúde nessa época era considerada baixa, refletindo a falta de investimentos e a precariedade das estruturas de atendimento. Além disso, o país enfrentava desafios relacionados às doenças transmissíveis, que ainda representavam uma ameaça à saúde pública, juntamente com o surgimento das doenças crônicas, que começavam a se tornar mais relevantes no panorama epidemiológico⁷

No entanto, em 1953, foi um marco importante na história da saúde pública brasileira com a criação do Ministério da Saúde. Essa iniciativa visava melhorar o contexto da saúde no país, promovendo a implementação de políticas mais abrangentes e o fortalecimento do sistema de saúde. Apesar dos desafios persistentes, essa medida representou um passo significativo na busca por uma assistência médica mais equitativa e eficaz para toda a população brasileira.⁷

O período autoritário no Brasil, que ocorreu de 1964 a 1985, foi marcado pelo regime militar, caracterizado por um governo centralizado e autoritário. No entanto, mesmo sob esse contexto político repressivo, em 1970, surgiu um movimento importante na área da saúde: a Reforma Sanitária. Este movimento tinha como objetivo transformar as necessidades em saúde, emergindo da preocupação de médicos e outros profissionais de saúde com o cenário vigente e as doenças prevalentes na época.⁴

Durante esse período, destacou-se a realização da oitava Conferência Nacional de Saúde, um marco significativo que contou com a participação popular e teve como lema “Saúde e Democracia”. Essa conferência representou um espaço de debate e articulação política em prol da democratização da saúde e da busca por uma assistência médica mais justa e acessível para toda a população. Apesar do contexto autoritário, a mobilização em torno da saúde demonstrou a importância da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e na defesa dos direitos à saúde e à democracia.⁴

A trajetória dos marcos históricos mencionados e de outros eventos relevantes para a consolidação das políticas de saúde pública evidencia uma luta contínua, especialmente no que diz respeito à prevenção de doenças infecciosas, tanto as já existentes quanto aquelas que podem emergir no futuro. Essa luta tem sido permeada por desafios políticos, sociais, econômicos e científicos, exigindo um esforço conjunto de diversos atores sociais para enfrentar as adversidades e promover a saúde da população.⁵

Ao longo da história, observamos a evolução das políticas de saúde pública, desde os esforços iniciais para controlar epidemias até a implementação de medidas mais abrangentes de promoção da saúde e prevenção de doenças. A participação ativa da sociedade civil, a mobilização de profissionais da saúde e a busca por sistemas de saúde mais inclusivos e eficazes têm sido aspectos fundamentais desse processo.⁹

Diante do panorama atual, marcado pela complexidade das questões de saúde pública e pela crescente ameaça de doenças infecciosas, é essencial manter essa luta constante e buscar abordagens inovadoras e colaborativas para enfrentar os desafios presentes e futuros. A prevenção, a promoção da saúde e a resposta rápida e eficaz a surtos e epidemias continuam sendo prioridades fundamentais das políticas de saúde pública, refletindo o compromisso com o bem-estar e a segurança da população.⁸

Além da luta contínua, a abordagem das políticas públicas de saúde frente à prevenção de

doenças infecciosas também tem sido marcada por avanços significativos, impulsionados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, bem como pela conscientização crescente sobre a importância da prevenção e controle dessas doenças.⁵

Uma das principais estratégias adotadas pelas políticas de saúde pública é a promoção da imunização por meio de programas de vacinação. A vacinação em massa tem sido uma ferramenta crucial na erradicação e controle de doenças infecciosas, como a varíola e a poliomielite, e continua sendo uma abordagem fundamental para prevenir doenças como sarampo, rubéola e hepatite B. No entanto, apesar dos sucessos alcançados, a hesitação em relação às vacinas e a falta de acesso a elas em algumas regiões do mundo representam desafios persistentes.¹²

Além da vacinação, as políticas de saúde pública também enfatizam a importância da promoção da higiene e saneamento básico, medidas que desempenham um papel crucial na prevenção da propagação de doenças infecciosas, como cólera, diarreia e infecções respiratórias. A melhoria das condições de vida, acesso à água potável e saneamento adequado contribui significativamente para a redução da incidência dessas doenças.¹²

Outra abordagem importante é a vigilância epidemiológica, que envolve a coleta, análise e interpretação de dados sobre doenças infecciosas, permitindo identificar padrões de transmissão, avaliar o impacto das intervenções

de saúde pública e detectar precocemente surtos e epidemias. A implementação de sistemas de vigilância eficazes é essencial para uma resposta rápida e eficaz a eventos de saúde pública, minimizando o impacto dessas doenças na população.

Além dessas estratégias tradicionais, as políticas de saúde pública também têm buscado incorporar abordagens inovadoras, como o uso de tecnologias digitais para monitoramento de doenças, o desenvolvimento de novas vacinas e terapias, e a promoção da educação em saúde e conscientização da população sobre práticas saudáveis e medidas preventivas.

Portanto, é válido destacar que a abordagem das políticas públicas de saúde frente à prevenção de doenças infecciosas é multifacetada e requer uma combinação de medidas tradicionais e inovadoras. Ao adotar uma abordagem abrangente e integrada, é possível enfrentar eficazmente os desafios representados por essas doenças e promover a saúde e o bem-estar da população.

CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou que a abordagem das políticas públicas de saúde frente à prevenção de doenças infecciosas representa um desafio complexo e contínuo que surgiu a muitos anos atrás, e exige uma resposta abrangente e integrada por parte do governo, organizações de saúde e sociedade civil. Ao longo da história,

foram alcançados progressos significativos, desde os esforços iniciais para controlar epidemias até a implementação de estratégias mais sofisticadas de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Através de medidas como vacinação em massa, promoção da higiene e saneamento, para que tivéssemos avanços importantes na redução da incidência de doenças infecciosas e no controle de surtos e epidemias. No entanto, ainda enfrentamos desafios significativos, como a hesitação em relação às vacinas, desigualdades no acesso aos serviços de saúde e o surgimento de novas doenças e cepas resistentes a medicamentos.

É fundamental que continuemos a investir em políticas de saúde pública baseadas em evidências científicas, promovendo a equidade no acesso aos serviços de saúde e fortalecendo os sistemas de vigilância e resposta a emergências de saúde pública. Além disso, é essencial promover a conscientização da população sobre a importância da prevenção e adoção de medidas de autocuidado para reduzir o impacto das doenças infecciosas na sociedade.

Por fim, a prevenção de doenças infecciosas é uma responsabilidade compartilhada que requer o comprometimento de todos os setores da sociedade. Ao trabalharmos juntos, podemos superar os desafios presentes e futuros e construir um futuro mais saudável e resiliente para todos.

REFERÊNCIAS

1. Alves JG, et al. Saúde da população negra brasileira no contexto das doenças crônicas: uma reflexão para políticas públicas. *Rev Enferm Atual In Derme*. 2023 Apr;97(2). DOI: 10.31011/reaid-2023-v.97-n.2-art.1605.
2. Barboza NAS, et al. A história do sus no brasil e a política de saúde / sus history in brazil and health policy. *Braz J Dev*. 2020;6(11):84966–85. DOI: 10.34117/bjdv6n11-057.
3. Carvalho OFD. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. *Rev Invest Constituc*. 2019 Dec;6(3):773. DOI: 10.5380/rinc.v6i3.59730.
4. Cunha CMDSLMD, et al. Public health nursing: regulation and public health policies. *Rev Bras Enferm*. 2020;73(6):e20190550. DOI: 10.1590/0034-7167-2019-0550.
5. Estequi JG, et al. O protagonismo da enfermagem nas doenças infecciosas e epidemias comunitárias no brasil. *Cuid Enferm*. 2021 Jan-Jun;15(1):119-128.
6. Kirst C, Darsie C. Notas sobre a saúde pública, a saúde coletiva e o estabelecimento e funcionamento do Sistema Unico de Saúde. *Asklepion: Inf Saúde*. 2021 Oct;1(2):91–112. DOI: 10.21728/asklepion.2021v1n2,p91-112.
7. Montenegro YFL, et al. A análise de discurso crítica no estudo de políticas públicas de saúde: exemplo a partir de mudanças na política sobre drogas NO brasil. *New Trends In Qual Res*. 2020;3:678–90. DOI: 10.36367/ntqr.3.2020.678-690.
8. Miranda AE, et al. Políticas públicas em infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. *Epidemiol Serv Saúde*. 2021;30(spe1):e2020611. DOI: 10.1590/s1679-4974202100019.esp1.
9. Souza HP, et al. Doenças infecciosas e parasitárias no Brasil de 2010 a 2017: aspectos para vigilância em saúde. *Rev Panam Salud Pública*. 2020 Feb;44:1. DOI: 10.26633/RPSP.2020.10.
10. Sator EB, et al. Emergência e ressurgimento de doenças infecciosas: os desafios das Fronteiras sanitárias. *Visão Acadêmica*. 2022 Jul-Sep;23(3):1-11. ISSN: 1518-8361.
11. Santos IFD, et al. Sistema único de saúde: marcos históricos e legais dessa política pública de saúde no brasil. *Humanidades & Inovação*. 2020 Mar;7(5):381–91. Available from: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2964>.
12. Teixeira CF, Paim JSP. Planejamento e programação de ações intersetoriais para a promoção da saúde e da qualidade de vida. *Rev Adm Pública*. 2000 Jan;34(6):63-80. Available from: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6348>.

Observação: os/(as) autores/(as) declaram não existir conflitos de interesses de qualquer natureza.